SINDICATO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA E DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ESTAMOS DE

Informativo Periódico do SINDILEGIS – Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo
ANO II – Informativo XIX – Mês Outubro/2.009
sindilegis_es@hotmail.com – www.sindilegis-es.com.br - Telefone (27) 3345 6389
Filiado a FENALE

NOVOS REQUERIMENTOS SOBRE 11,98%

Em virtude da demora na apreciação do recurso interposto pelo Estado do Espírito Santo no Processo dos 11,98% pelo Ministro Lewandowski, o **SINDILEGIS** protocolou novos pedidos junto ao Governo do Estado e à Mesa Diretora. O Sindicato reiterou os pedidos anteriormente protocolados alertando que as decisões judiciais favoráveis aos Servidores da Casa estão sendo utilizadas por outros servidores vinculados aos Legislativos Municipais para firmarem acordos administrativos com o fim de resolver a demanda, entretanto, no caso dos Servidores do Poder Legislativo Estadual, embora se saiba que o recurso interposto é meramente protelatório as autoridades continuam inertes. Segundo informações obtidas junto ao advogado Luiz Fernando Faria Macedo, o mesmo estará em Brasília na próxima quarta dia 21 de outubro para cobrar agilidade no julgamento do recurso.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO SOBRE AS AÇÕES DOS PRECATÓRIOS

No próximo dia 1.º de outubro, próximo passado, foi realizado no Auditório I do Pilotis uma reunião para tratar das ações declaratórias de nulidade dos Precatórios. Presente à reunião, o Dr. Herbert, sócio do escritório contratado esclareceu todas as dúvidas suscitadas pelos sindicalizados que compareceram ao evento. O advogado também esclareceu que o escritório contratado interporá medida judicial para estender aos servidores do Poder Legislativo constante da ação declaratória o mesmo tratamento dado pelo STJ em processo assemelhado. Vale relembrar conforme noticiado no Editorial n.º XVII que o Superior Tribunal de Justiça analisando recurso oriundo do Tribunal de Justiça Capixaba referente à inconstitucionalidade dos Precatórios decidiu de forma favorável e derrubou a decisão que desobrigava o Estado do pagamento dos precatórios. O processo em questão está sendo acompanhado pelo advogado Antônio Augusto Genelhu Júnior e se refere a um grupo de servidores do Poder Judiciário.

CENTRAL DE CONCILIAÇÃO DOS PRECATÓRIOS

Pela Resolução n.º 024/2.009 foi instituída pelo Tribunal de Justiça do nosso Estado a Central de Conciliação dos Precatórios, órgão vinculado à Presidência do Tribunal, com o escopo de facilitar e intermediar as composições amigáveis entre as partes, visando ao pagamento, à atualização dos valores a serem pagos e outras questões que possam ser objeto de acordo. Pela referida Portaria, os credores serão convocados exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios exigíveis, entendidos como tais aqueles sobre os quais não penda mais discussão judicial. Em razão das antecipações de tutela concedida nas ações declaratórias de nulidade dos Precatórios da Trimestralidade, os títulos dos servidores referentes a esses processos foram retirados da ordem cronológica e por enquanto não serão objeto de acordo pela Central de Conciliação.

CAMPANHA PELO PAGAMENTO DOS DIREITOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS

O Fórum Permanente pelo Pagamento dos Precatórios do qual faz parte o **SINDILEGIS** continua com a campanha pelo pagamento dos direitos dos servidores. Aqueles que ainda tiverem interesse em participar do movimento, lembramos que o abaixo-assinado estará disponível na sede do Sindicato até o dia 03/11. No dia 04/11 as entidades promoverão um ato público – “Marcha pelo Pagamento dos Precatórios”. A marcha começará em frente à Assembleia e seguirá até o Tribunal de Justiça. Contamos com a participação de todos os servidores.

RECADASTRAMENTO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS

O IPAJM está convocando os aposentados e pensionistas cujos nomes começam pelas letras "F" e "M" que já deveriam ter feito a renovação obrigatória do cadastro e não o fizerem. Os aposentados e pensionistas devem atender a essa nova convocação até o dia 23 de outubro, caso contrário os benefícios serão suspensos. O recadastramento pode ser feito nas agências do BANESTES.

ENQUETE CONTINUA

O **SINDILEGIS** quer saber como os servidores avaliam o desempenho da atual Mesa Diretora e, por isso convoca os servidores a participarem da enquete acessando o site www.sindilegis-es.com.br.

IMPOSTO DE RENDA E ABONO DE PERMANÊNCIA

O **SINDILEGIS** interpôs nesta semana requerimento administrativo à Mesa Diretora pleiteando a isenção do Imposto de Renda sobre o Abono de Permanência e a devolução das parcelas cobradas indevidamente limitadas pela prescrição. No Poder Judiciário, o Presidente do Tribunal já deliberou que os descontos são indevidos, uma vez que o abono de permanência possui natureza indenizatória. Essa decisão administrativa precedente reforça o pleito da Entidade Sindical em favor de seus sindicalizados.

SINDICATO QUESTIONA PRAZO PARA LICENÇA JUNTO AO IPAJM

Em razão do advento do Decreto n.º 2297-R de 15/07/2.009, publicado no Diário Oficial do dia 16/07/2.009 que reduziu de 15 para 05 dias o prazo de submissão das licenças médicas à Perícia Médica Estadual e ante ao questionamento de diversos servidores, especialmente quanto à dificuldade no agendamento das perícias, o **SINDILEGIS** interpôs requerimento administrativo junto ao IPAJM questionando a legalidade de tal decreto. Após a resposta do IPAJM, caso seja necessário, será interposta ação judicial. O Sindicato também está acionando outras entidades representativas dos servidores públicos para fortalecer o movimento contra essa redução do prazo de submissão das licenças à Perícia Médica e que é prejudicial aos servidores públicos.

VOCÊ SABIA QUE...

O artigo 121 da Lei Complementar n.º 46/1.994 prescreve o direito à férias-prêmio. Esse direito é concedido ao servidor que tendo direito ao adicional de assiduidade optar por este afastamento. As férias-prêmio devem ser requeridas 60 dias antes de completados o decênio e devem ser gozadas de uma vez só, sendo vedada a sua interrupção. Maiores informações procure o Sindicato.

A GESTAÇÃO CONTINUA...

Embora circule pelos corredores que o Projeto de Resolução do Auxílio Saúde e o Ato referente ao Auxílio-Creche estão prontos e somente falta a aprovação do Plenário e a assinatura da Mesa Diretora, respectivamente, certo é que a gestação continua... Servidores (as) fiquem de olho!!

IX CONGRESSO E XXIII ENCONTRO DA FENALE

Com o tema **"SERVIDOR DO LEGISLATIVO TEM COMPROMISSO COM O CIDADÃO, POR ISSO MERECE RESPEITO",** nos dias 25 a 27 de novembro do corrente ano acontecerão em Vitória o **IX CONGRESSO E XXIII ENCONTRO DA FENALE.** O encontro tem por finalidade discutir a desvalorização do servidor público do Legislativo frente aos escândalos políticos e a tomada de providências para melhorar a imagem da categoria. Serão discutidos também outros temas de interesse dos servidores, como Previdência Pública, entre outros.